



A SERVIÇO
DOS POVOS
INDÍGENAS



MARÇO-ABRIL - 2007
EDIÇÃO Nº 162



As economias indígenas apontam caminhos e alternativas para a Amazônia

Todos os povos têm seus heróis, sejam os heróis míticos, sejam lideranças que tenham marcado a vida de seu povo através da luta pela terra, chegando até mesmo ao martírio. Os heróis míticos, como Maíra'ira, dos Tupi, são aqueles que revelam a pessoa humana, como dotada de raciocínio, a ferramenta que nos eleva acima da natureza, sem contudo, deixar de respeitá-la.

A capacidade de planejar uma ação é o mais poderoso recurso do ser humano, para o bem e para o mal. Mas nenhuma espécie de animal o iguala nessa capacidade.

É assim que queremos

destacar o importante papel desempenhado pelas escolas indígenas em todo o país: o conhecimento da história, das letras, da matemática, da geografia é uma chave que ajuda na redescoberta da sua própria forma de ver o mundo, e de compreendê-lo. A escola indígena faz ver aos alunos como é rico de sabedoria seu povo, e como essa sabedoria pode impulsioná-los para novos horizontes.

A partir desta edição, daremos especial atenção à educação indígena, trabalhando para que as reportagens possam ser usadas em sala de aula como ponto de partida para debates e outras utilizações.



Publicação do Conselho Indigenista Missionário

Esta Revista nasceu em 1979 por iniciativa de 5 tuxauas

É uma revista de: informação
formação e
intercâmbio a serviço
dos Povos Indígenas

ISSN 1679-2335

Correspondência para:
Caixa Postal 12080 - São Braz
CEP 66.090-970 - Belém - Pará - Brasil
Telefone: (091) 3229-3245 - Fax: (091) 3249-6942
E-mail: cimiblm@amazon.com.br
Site: www.mutiraoamazonia.org.br



Instrumento usado pelos mensageiros no Alto Amazonas. Com ele avisavam as aldeias quando traziam notícias.

CAPA E EDITORAÇÃO ELETRÔNICA: ARTUR DIAS; FOTO DA CAPA: MULHERES ORO WARAM, AUTOR: PE. GIL DE CATHEAU/ CIMIRO, COM ARTE DE PRISCILA D. CARVALHO E LICURGO S. BOTELHO



ECONOMIAS INDÍGENAS: VIDA COMPARTILHADA

Fotos: Arquivo Cimi

O planeta terra está em perigo. Devido ao aumento da emissão de carbono na atmosfera, a temperatura da terra pode aumentar, provocando desequilíbrio em toda a natureza: secas, furacões, tempestades violentas, enchentes. Muitos animais e plantas poderão desaparecer, pela destruição de seus habitats.

Se os países amazônicos - principalmente o Brasil - continuarem com sua atual política de devastar

para desenvolver, a grande floresta vai virar cerrado em poucos anos.

Estes serão os resultados do atual modelo de desenvolvimento cujo verdadeiro nome é regresso, prejuízo, destruição. É o resultado da globalização, do lucro desenfreado, da falta de respeito à mãe natureza que é rasgada, espoliada de suas florestas, poluída em suas águas. Será este um caminho inevitável?

Comunidades mostram que é possível um mundo em que a relação com a natureza possa ser de respeito e de parentesco.

Há cerca de 150 anos atrás o cacique Seattle escrevia assim ao Presidente dos estados Unidos : "Sabemos que o homem branco não compreende o nosso modo de viver. Para ele um torrão de terra é igual a outro, porque ele é um forasteiro que chega na calada da noite e tira da terra tudo o que necessita. A terra não é sua irmã, mas sim sua inimiga, e depois de exaurí-la, ele vai embora"

"Sua ganância empobrecerá a terra, e vai deixar atrás de si os desertos."

"O homem branco deve tratar os animais como se fossem seus irmãos"

"Ensina a teus filhos o que temos ensinado aos nossos: que a terra é nos-

sa mãe. Tudo quanto fere a terra fere também os filhos da terra."

De uma coisa sabemos. A terra não pertence, ao homem: é o homem que pertence à terra, disso temos certeza. Todas as coisas estão interligadas, como o sangue que une uma família".

Ainda hoje este relacionamento com a terra, com os animais e seres vivos continua nas culturas indígenas. "Somos todos parentes!" , eles afirmam.

Nós precisamos urgentemente de uma nova consciência, uma nova atitude em relação à natureza. Precisamos reestabelecer um relacionamento de ternura com a mãe terra.

Comunidades mostram que é possível um mundo em que troca e convivência são mais importantes que o acúmulo de riqueza.

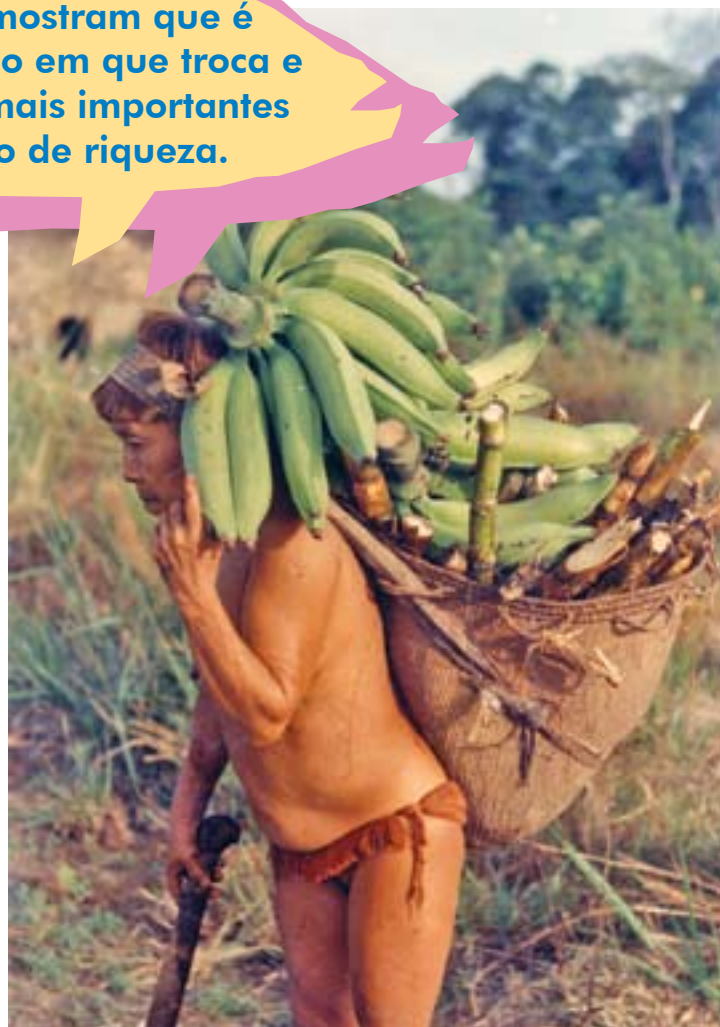
São as comunidades indígenas, ribeirinhas, quilombolas que nos convidam a pensar em economias alternativas que levem em conta o respeito à natureza e o bem comum.

Os povos indígenas sempre tiveram formas próprias de desenvolver as relações econômicas entre pessoas, famílias e comunidades. Na base dessas relações está a noção de reciprocidade, ou seja: dar e receber.

A reciprocidade garante a redistribuição permanente dos bens no interior da comunidade e impede que uma só pessoa acumule grande parte da riqueza do grupo.

A finalidade das atividades produtivas é o bem-viver de todos e não o lucro individual.

Os povos indígenas desenvolvem atividades produtivas baseadas no envolvimento entre as pessoas e destas com a natureza, onde a convivência é a idéia-chave.



As práticas de produção, circulação e consumo de bens estão fundadas em relações recíprocas e marcadas por rituais e festas.

O trabalho como mutirão!



As economias indígenas sustentam-se na cooperação, não na competição, respeitando o lugar de cada pessoa na busca da subsistência. Elas produzem o necessário para se viver bem, sem pressupor a geração de excedentes. Por essa razão, as relações com o meio ambiente não costumam ser predatórias. Isso assegura a possibilidade da natureza se refazer e gerar novos recursos, para a geração atual ou para as futuras gerações.

Para que produzir?



O objetivo das economias indígenas é assegurar o sustento das famílias e fortalecer as relações de produção da base coletiva. Na grande maioria dos povos, a economia é organizada a partir do

parentesco. As relações entre os parentes são fundamentais para se compreender os processos de produção e distribuição dos produtos do trabalho dentro das comunidades indígenas.

A produção de alimentos tem uma posição central nesta economia. E a divisão sexual do trabalho, isto é, as diferentes responsabilidades que têm as mulheres e os homens, aparece em todas as atividades. Ao contrário da economia capitalista, as economias indígenas são voltadas para a satisfação das necessidades de toda a comunidade.

O trabalho e a festa!

Os povos indígenas constroem suas economias dentro de uma visão religiosa da vida e do universo. Nesta concepção, a economia não determina as relações sociais: é mais uma parte delas.

É assim que eles produzem uma maneira de viver na qual ganha importância a natureza, a cultura, a religião, o mundo sobrenatural, o lazer, a festa.

Na vida da comunidade indígena, todo intercâmbio, toda prática de reciprocidade é, ao mesmo tempo, uma prática econômica, política, religiosa e social. São dimensões que não podem ser separadas.

"A festa, na maioria das culturas indígenas, é o ponto central da economia da reciprocidade que produz a igualdade. Para muitos povos indígenas, como para os povos Guarani do Paraguai, Bolívia e Brasil, o trabalho só faz sentido, realizado em função da festa. Viver só faz sentido a partir da festa. Quando os mis-



sionários proibiram as festas aos índios, cujos "desperdícios" não correspondiam à virtude da racionalidade ocidental, os índios se recusaram a trabalhar, e a fome se espalhou pelas aldeias.

A proibição da festa era uma inter-

venção na economia da reciprocidade e significava o início da acumulação e da desigualdade. "Pobre", para os povos Guarani, é aquele que não pode praticar a reciprocidade. "Pecador" é aquele que não quer praticar a reciprocidade porque colhe e produz para acumular. A acumulação, porém, impede a realização da festa. Muitos povos indígenas conse-

guiram até hoje reproduzir sociedades igualitárias. Qual o segredo destas sociedades? Nenhum segredo, nenhuma magia, apenas outras prioridades: o investimento nas pessoas e na educação para a igualdade e para a partilha em vez de uma educação para a inserção no mercado de trabalho."

Aprender dos Povos Indígenas

Precisamos aprender a conviver com as comunidades indígenas, escutar sua palavra, suas concepções e propostas e, respeitosamente, nos colocar a seu serviço.

Os povos indígenas podem nos ins-

pirar a construir, também para a nossa sociedade, novas relações entre as pessoas e com a natureza, gerando modelos alternativos ao capitalismo, baseados na solidariedade e na busca do bem-estar para todas e todos.

O ritual das trocas no Xingu

No Alto Xingu, cada povo é reconhecido por ser especialista na produção de algo. Por exemplo, os arcos de madeira dura e preta são feitos pelos Kamaiurá, enquanto as grandes panelas de cerâmica são uma especialidade dos Wauja.

A troca desses e outros produtos ocorrem durante um evento chamado moitará, que acontece entre casas de uma mesma aldeia ou entre aldeias diferentes.

No primeiro caso, os visitantes homens e mulheres fazem a visita em momentos diferentes. Mas o procedimento é o mesmo: um grupo leva os objetos que quer trocar até a outra casa. Os produtos passam pela mão dos interessados até que um deles coloca no chão aquilo que deseja dar em troca. Se a troca for aceita, o visitan-

te recolhe do chão o que foi ofertado.

Os visitantes são recebidos com castanha de pequi e mingau de mandioca. Depois das trocas, eles se retiram e aguardam a retribuição da visita.

O moitará entre aldeias costuma ocorrer na estação seca. Homens e mulheres participam juntos. A aldeia visitante parte em expedição, conduzida por seu chefe, para uma outra, carregando os objetos que deseja trocar. Os objetos são de propriedade individual, mas as trocas são intermediadas pelos chefes das aldeias. Os produtos trocados são: cerâmica, enfeites, armas, canoas, flautas, redes, cestas, sal, alimentos e animais, além de bens dos brancos. Antes das trocas, os homens lutam huka-huka, tradicional luta corporal dos povos da região.

Sugestões Pedagógicas:

FAZER:

1. Um concurso para ver a reutilização mais criativa e útil de coisas jogadas fora. Pode ter várias categorias: papel, vidro, lata, plástico, pano etc.
2. Uma cova rasa para enterrar e cobrir com terra cada vez todo o lixo orgânico (restos de comida, cascas de frutas e legumes, talos etc) para virar adubo.
3. A "festa" do mutirão do trabalho -

formando grupos para limpar sua sala, escola, aldeia, rua... e depois enfeitar, plantando flores, utilizando algum material reciclado (do concurso), plantando flores ou árvores (pode usar o adubo que fizeram)

DEBATER:

- O que significa "Quem consome mais destrói mais"?
- Como as tarefas rotineiras podem ajudar a defender o meio-ambiente?

PRECONCEITO X DIREITOS INDÍGENAS

Queremos com esta matéria refletir a respeito de fatos que têm em comum o problema do preconceito contra o indígena, e de como a indefinição dos sucessivos governos em demarcar as terras indígenas contribui para agravar este problema. A cada dia surgem notícias, por todo o Brasil, de casos desse tipo, muitas vezes com violência e patrocinados por pessoas e empresas poderosas. O principal é a reação da Aracruz Celulose contra a retomada de terras feita pelos Tupinikim Guarani em área ocupada pela empresa. Ao final do texto, colocamos sugestões de perguntas para debate.

O racismo da Aracruz Celulose

A luta dos Tupinikim Guarani contra a empresa Aracruz Celulose, pela devolução das terras tradicionais ocupadas pela empresa já rendeu algumas vitórias a esse povo, mas também confirma a mentalidade dos poderosos, que pouco muda, mesmo que o tempo passe. Desqualificar um povo indígena, seja questionando sua identidade, seja taxando-o de “preguiçoso”, é um método usado pelos invasores, quando querem dar uma aparência civilizada à indiferença que sentem pelos pequenos, ou quando querem contrastar o seu “trabalho duro” com o modo de vida diferenciado dos indígenas.

Sentada sobre sua montanha de di-

nheiro, a Aracruz Celulose pode se considerar grande e superior, mas mostrou que é pequena de princípios, quando resolveu distribuir cartilhas em escolas e locais públicos do município de Aracruz, Espírito Santo, chamando as comunidades que vivem na região de “supostos índios” e outras expressões preconceituosas. Este conteúdo também aparecia na página da empresa na Internet.

O Ministério Público Federal abriu um processo exigindo a retirada imediata desse material de circulação, o que foi ordenado pelo juiz do caso.

A Empresa diz que vai recorrer, porque acha que o material não é preconceituoso.



Plantação de eucaliptos: Tupinikim derrubam árvores plantadas pela Aracruz Celulose na terra indígena.

Preconceito disfarçado

Vivemos num país que “esconde o jogo”, quando se trata de preconceito e discriminação.

Ligue a televisão e preste atenção na propaganda de grandes empresas e também na dos governos: sempre tem pessoas de aparência humilde, muitas delas negras, sorrindo para as câmeras, num cenário de felicidade.

Da mesma forma, os indígenas são apresentados na visão popular como “guardiões da natureza”, “donos de sabedoria milenar” etc.

Mas pobre só é legal até a hora em que ele começa a reivindicar; índio que luta pela desintrusão e demarcação de sua terra já passa a sofrer ataques dos inimigos: “não é mais índio”, “não é o dono da terra”, “impede o nosso faturamento” etc.

Nessa linha, a Aracruz Celulose se empenha em demonstrar a falsidade da identidade Tupinikim. Localmente, usa de violência contra os indígenas; para fora, faz aquele discurso de empresa grande, preocupada com o social.

Terra: no centro da questão

O Cimi lembra: os quatro estudos técnicos da FUNAI que identificaram a terra indígena Tupinikim/Guarani têm nomes e títulos (ao contrário do “estudo” apresentado pela Aracruz, que não diz quem são os autores.)

Estes quatro estudos reuniram provas de que os Tupinikim sempre habitaram a região até a chegada da Aracruz Celulose que destruiu cerca de 30 al-

deias e expulsou os indígenas e transformou suas terras em plantações de eucalipto. Os índios levaram para Brasília, como exemplo das provas, um mapa dos povos indígenas no Brasil de 1944, publicado pelo IBGE, do pesquisador Curt Nimuendajú, que comprova a presença deles claramente na região litorânea do Espírito Santo, inclusive na região de Aracruz.

Mesmo judicialmente proibida de incitar o preconceito, a Aracruz promoveu uma manifestação no dia 13 de dezembro, quando mais de 2000 trabalhadores, a maioria de empresas terceirizadas como a Plantar, queriam retirar com o uso da força os 200 indígenas que tinham ocupado pacificamente o porto da empresa.

Governo contribui

Já se passou um ano desde que o Governo Federal prometeu a regularização das terras Tupinikim e Guarani, dando a si mesmo o prazo até o final de 2006. No entanto, enquanto a FUNAI cumpriu parte da promessa, analisando e rejeitando a contestação da Aracruz, e encaminhando o processo para o Ministério da Justiça em 12 de setembro de 2006, recomendando a edição da portaria de demarcação, o ministro até hoje não o fez apesar do prazo para este ato ser de 30 dias, conforme o decreto 1.775/96.

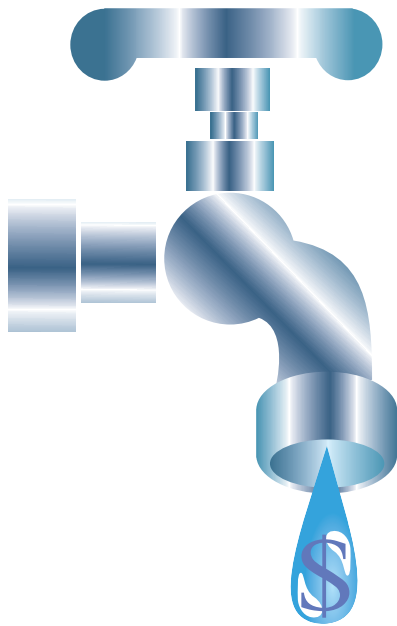


Sugestões pedagógicas:

1. Debater sobre o aumento de casos de violência contra os povos indígenas
2. Analisar como o preconceito piora essa violência.

INANIÇÃO VAI MATANDO INDIGENISMO

A partir de reportagem de José Carlos Mattedi Repórter da Agência Brasil



O quadro atual da questão indígena mostra dezenas de casos de violência promovida por invasores. Em Mato Grosso do Sul registrou-se o assassinato de Kuretê Lopes, idosa do povo Guarani Kaiowá, por "seguranças" contratados por fazendeiros invasores da terra indígena Kurusu Ambá. O assassinato aumenta a lista dos Guarani mortos nos últimos anos por empresas de segurança particulares contratadas por fazendeiros e por jagunços. Entre os casos, estão a morte de Dorvalino Rocha, assassinado no dia 24 de dezembro de 2005 por homem contratado por uma empresa de segurança, em Ñanderu Marangatu, e de Dorival Benitez, morto por pistoleiros também durante conflito em retomada de terras, em junho de 2006.

MS é atualmente um dos casos mais gritantes de verdadeiro terrorismo contra comunidades indígenas, mas em todo o Brasil a situação não é muito diferente.

Tirando dinheiro

Pergunta-se, então: o que está provocando tudo isso? Parte da pergunta pode ser respondida lendo o levantamento do Instituto de Estudos Socioeconômicos – Inesc, a respeito do orçamento federal: o Inesc verificou que, de 2004 a 2006, os recursos públicos destinados à política indigenista caíram de

R\$ 47,1 milhões para R\$ 40,6 milhões.

O corte, segundo o instituto, tem atingido principalmente os programas de regularização e proteção das terras indígenas.

O Congresso Nacional deve votar o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2007, que prevê uma elevação dos recursos para R\$ 41,3 milhões, mas ainda está longe de recuperar as perdas.

O Inesc observou ainda que o governo federal não está falando em novas identificações de terras indígenas nem em revisão de limites. No orçamento enviado ao Congresso, o governo federal prevê para o ano que vem a regularização de 16 terras indígenas. Segundo o instituto, há mais de vinte pedidos de identificações de limites de terras já feitas no Ministério da Justiça e na Fundação Nacional do Índio (Funai).

Agronegócio é mais forte

Não é contenção de despesas. É jogo de poder. Os latifundiários, que ainda possuem uma força muito grande neste governo, não querem a regularização de mais terras indígenas no Brasil. Eles estão fazendo pressão sobre o governo desde o primeiro mandato, porque querem ocupar áreas indígenas com pastos e plantios. A bancada governista no Congresso Nacional tem muitos representantes do agronegócio.

No governo FHC, a política indigenista tinha R\$ 53 milhões; com Lula, a previsão é de R\$ 41 milhões. As regularizações também caíram, com Lula no poder. Se com isso o governo Lula consegue ser pior que o de FHC, é verdade que acaba sendo igual, na surdez para a voz dos povos indígenas.

Sugestões pedagógicas:

Conhecer o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2007 é uma tarefa importante. Pode ser difícil, talvez precise de ajuda de outras pessoas para entender, mas é um passo para saber como é que o governo e o Congresso decidem sobre a nossa vida. Outra ação é levar essa discussão para as escolas, para a comunidade em geral. Assim, os políticos pensarão duas vezes antes de tomar sua decisão.

CORTE DE VERBAS PARA A AMAZÔNIA

A Amazônia está no centro das atenções mundiais. Considerada um "filtro gigante", que retira o carbono da atmosfera, e um "ar condicionado natural", graças ao resfriamento da terra, que suas chuvas produzem, é um importante fator de equilíbrio climático do planeta.

Só por estas duas contribuições, a floresta amazônica já merecia um tratamento especial por parte dos governos, mas continua falando mais alto a idéia de que o desenvolvimento do país deve acontecer com o sacrifício da floresta.

É dessa maneira que podemos compreender o corte de verbas que o governo federal fez no Programa Amazônia Sustentável: do que foi gasto em 2006, serão gastos 64 por cento a menos! Ou seja, o PAS (um programa voltado para os Estados que fazem parte da Amazônia Legal) terá menos da metade do dinheiro que tinha no ano passado!

A conta do governo ficou mais mal explicada ainda porque o orçamento previa investimento de R\$ 57 milhões em 2006, mas só foram gastos R\$ 10,9 milhões.

A idéia do chamado "desenvolvimento sustentável" seria promover o crescimento econômico da região valorizando os recursos naturais da região, ou seja, em vez de exportar madeira em toras, fabricar móveis; em vez de exportar frutas, beneficiar polpa. A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva é uma entusiasta da idéia.

O PAS faz parte do (PPG-7) Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil.

Programa furado

O PPG- 7 foi criado pelos sete países mais ricos do mundo, que mandavam os recursos para o programa. Nos últimos tempos, somente a Alemanha continua a financiar o programa, porque os outros países do grupo avaliam que o Brasil não soube fazer uma defesa efetiva da Amazônia, ou seja, estavam gastando à toa.

O governo incentiva plantios de soja e criação de gado na Amazônia, atividades econômicas que sempre estão ligadas à derrubada de vastas áreas na Amazônia, acompanhadas dos conflitos por terra. Enquanto isso, como o próprio Ministério admitiu, o PAS servia para financiar projetos piloto, ou seja,



projetos de experiência, com pequeno alcance. É bom que haja projetos que ajudam as pequenas comunidades do interior a produzir óleo, essências e outros bens extraídos da floresta, para venda e sustento da comunidade. Mas se queremos proteger a região, e ao mesmo tempo desenvolvê-la como um todo, é preciso mais.

Somente o investimento no conhecimento profundo da região poderia (além de garantir a continuidade do modo de vida tradicional das comunidades) fazer os brasileiros conhecerem o potencial verdadeiro da Amazônia.

A cabeça dos planejadores governamentais porém, está longe de aceitar novas formas de pensar a Amazônia, que não seja como um lugar de onde se retiram as coisas: quem não conhece a Amazônia, não pode planejá-la. A tomada de consciência precisa nascer na cabeça principalmente das pessoas na região.

O corte de verbas mostra que, as poucas vezes em que falam, as vozes da Amazônia ainda não são ouvidas, dentro do nosso país.

Sugestões pedagógicas:

1. procurar entender o sistema de decisão sobre orçamento público
2. conhecer o que é o PAS e o PPG 7
3. discutir em grupo porque o atual modelo de desenvolvimento econômico quase sempre está associado à devastação e à violência no campo.

ENCONTROS PEDAGÓGICOS: REFORÇO NA UNIÃO DO POVO SATERÉ MAWÉ

Entrevistas colhidas por Ermelinda Salem,
professora da Universidade Federal do
Amazonas.
Fotos de Ermelinda Salem

O povo Sateré-Mawé, há muito tempo, tem seus próprios professores. Eles sentiam dificuldades em dar aula e a falta de contato entre colegas. Então criaram os Encontros Pedagógicos para aproximar mais as experiências de outros companheiros, porque a gente mora em Comunidades diferentes. "A gente pensou que, pegando a experiência de outros professores, a gente ia enriquecer cada vez mais o nosso modo de dar aula."

Vários professores e lideranças Sateré-Mawé explicam para nós a importância destes encontros:

Professor Euzébio – Atual Coordenador da WOMUPE (Organização dos Professores Sateré-Mawé dos Rios Marau e Urupadi).

"Os Encontros Pedagógicos são um espaço de formação, até porque a gente discute junto com as lideranças, os professores, as professoras, os pais de alunos, os próprios alunos... o povo em geral, a questão da educação escolar indígena... São um espaço onde a gente amplia nossa formação. Um espaço também em que a gente faz as decisões juntos, para apresentar para os governantes; o Governo Municipal, Estadual e até mesmo o Federal. O Encontro é o momento em que a gente está junto, discutindo as nossas dificuldades e procurando soluções para aquele problema que a gente está enfrentando naquele momento.

Através desses Encontros a gen-

ESPAÇO DE
FORMAÇÃO



te conseguiu manter a nossa cultura, apesar de que ela está um pouco mudada através do contato. Mas uma coisa que a gente conseguiu foi manter a nossa própria Língua viva, que a gente discutiu tanto nos Encontros Pedagógicos.”

Professora Ironildes Alves –
Comunidade S. José – professora há 7 anos.

“Eu acho que com esses Encontros a gente avançou muito porque através desses Encontros a gente está tendo muito mais conhecimento. Cada Encontro que a gente faz a gente vem conhecendo os coordenadores, os tuxauas e até os próprios alunos que vem trazendo informações novas! Então

CONHECIMENTO cada informação que aparece a gente vai coletando, vai analisando, e tudo isso é muito importante e a gente tem avançado muito através desses Encontros.”

Professor Bernardo –
Coordenador anterior da WOMUPE

“Essa idéia de fazer os Encontros Pedagógicos surgiu de uma necessida-



de de melhorar, no primeiro momento, as atividades escolares nas nossas Comunidades. Na década de 70 nós éramos, ainda, um povo bastante desassistido. Ninguém levava a sério os

contatos; ninguém procurava nos atender de uma forma mais séria, mais justa. E a gente sentiu essa necessidade de fazer alguma coisa. Tanto é que esses Encontros Pedagógicos envolvem todas as facções sociais: as lideranças: os Tui'sas – os agentes de saúde, as parteiras, os pajés, as mães, os pais, as crianças, os velhos, professores e não-professores. A gente envolveu todo mundo e deu esse nome de Encontro Pedagógico do Povo Sateré-Mawé!

Isso significa que não é só dos professores. Que não se refere só à questão de sala

de aula, de escola, mas de um processo educacional como um todo: a vida do povo Sateré-Mawé. A partir daí surgiram outros porquês de realizar e melhorar os Encontros: exatamente pra fortalecer as nossas práticas culturais; as nossas conquistas culturais; as nossas compreensões culturais a partir da escola.

A gente quer melhorar a escola; quer que a escola se aproprie das nossas riquezas culturais, repassando isso para nós, fortalecendo cada vez mais a nossa Nação, a nossa realidade, a nossa Língua, a nossa forma de se expressar, as nossas ciências. Então isso que



A gente envolveu todo mundo e deu esse nome de Encontro Pedagógico do Povo Sateré-Mawé! Isso significa que não é só dos professores. Que não se refere só à questão de sala de aula, de escola, mas de um processo educacional como um todo: a vida do povo Sateré-Mawé.

nos deu o impulso de ir realizando cada vez mais os Encontros Pedagógicos."

Professora Francisca Nila Cunha da Silva – Comunidade Nova Aldeia.

"Então através desse Encontro a gente vai tendo mais conhecimento, com o

não-índio ou pelas outras comunidades, a gente vai fazendo Encontro em todas as comunidades. Várias comunidades! Taí uma coisa que é importante! Os nossos velhos tuxauas vão contando através do que aconteceu por trás: os não-índios entraram aqui em nosso rio e nossa floresta, tudo eles falaram. Então a gente que tem um estudo mais avançado, hoje já pode se defender dessas coisas. Então sempre eles vem dando essas idéias pra gente, na mente da gente. E já vai pensando o que os nossos tuxauas dizem pra gente, o que aconteceu no passado! Então tudo isso a gente já vem conhecendo, e isso que vamos trabalhar na nossa comunidade junto com nossos alunos. A gente vai repassando o que aconteceu, o que vem acontecendo."



Tui'sa Colombo José Miquilhis - Comunidade Novo Belo Horizonte, na boca do rio Urupadi.

"Sateré-Mawé é um índio, porque nossa tribo aqui é de índio Sateré-Mawé mesmo, todos somos Sateré-Mawé do rio Marau. Então tudo aqui eu achei muito bom. A respeito dos jovens, a gente tava falando de manhã aqui, porque dona, eu tenho 85 anos!... Aí eu disse: - Olha, nosso futuro tá aqui, é isso aqui!.

A gente não pode perder nosso costume. A gente usa flecha pra flechar caça. Eu fiz tudo lá em casa: balaio, chapéu, pe-neira, colher de pau, tudo eu sei fazer, tudo isso em casa tem, porque minha esposa já está velha também, já está com 68 anos!

Eu caçava antigamente. Esse povo é mais criança, não tem mais ninguém do meu tempo aqui! Esse rapaziado novo não sabe mais fazer chapéu, não sabe mais fazer flecha, não sabe mais fazer anel, não sabe mais fazer balaio ou remo, tudo eles não sabe mais.

Antônio Tiburcio - Tuxaua Geral - reside na Comunidade Vila Nova II.

"Desde 88 pra cá, os Encontros Pedagógicos estão indo bem.

Em Vila Nova II que primeiro aconteceu o Encontro Pedagógico a primeira escola pra formar professor. A partir daí já aumentou muito e está indo bem! O que aconteceu de bom principalmente nesses Encontros é que já tem fruto! Os rapazes já se formaram, são professores já. Aí é que a gente

FRUTOS

vai vendo que já tem uma prática!

O Encontro Pedagógico é como uma escola também! Então o Tui'sa local tem que orientar, tem que apontar uma pessoa pra organizar o trabalho, enquanto o Encontro acontece.

O Encontro Pedagógico é um espelho do professor, de como que ele trabalha e de como é que, a partir daí, se acha que é melhor ele continuar... avaliando os professores!

Nós também falamos sobre as questões das Comunidades. Nós queremos também que o professor comece a mostrar um bom exemplo pra comunidade e mostrar também a educação melhor!

idéias para leitura:

1. Você ou sua comunidade têm experiências parecidas com as dos professores indígenas?
2. o que você acha da idéia de integrar a escola com a comunidade?
3. que mensagem você mandaria para os professores Sateré Mawé?



A IMPORTÂNCIA DE NOSSA CULTURA POVO TEMBÉ DO GUAMÁ.

Fotos: Claudemir Monteiro

No mês de novembro, entre os dias 08 a 12 aconteceu na Aldeia Itaputy'r (Flor na pedra) mais uma festa do WYRA`WHAW que também é conhecida como a "festa do moqueado" ou "festa da menina moça". É uma tradição antiga dos Povos Tupi-Tenetehara (Guajajara e Tembé) ao apresentar as meninas moças (que menstruam pela primeira vez) às suas Comunidades.

No Guamá tem um significado a mais, pois há muito tempo não se realizava mais esta festa-ritual. Desde o ano de 1993 quando os Tembé decidiram lutar contra os invasores de seu território, também decidiram retomar suas práticas culturais. E a festa da moça é uma dessas iniciativas, entre as várias que tem acontecido como construção de casas para ensinar os mais novos a produzir artesanatos, a estudar a língua materna e pinturas corporais.

Leiam a carta de Félix Tembé, que atende pelo nome de Wirahú.



"Amupinim Ko maper niwe ihe. I he tenetehar wama pe har. Herer Wirahur, herekowaw Iaputy'r pe xi zyppyrog karupi."

Eu estou escrevendo esta carta para o Mensageiro para falar da importância da nossa cultura. Nós Tembé do Guamá teve um tempo que deixamos de lado a nossa cultura e ficamos só com o costume do branco. E aí nós Tembé da Aldeia Itaputy'r pensamos, que índio somos nós? Que não temos cultura, temos só costume do branco? Como pensamos para ter a nossa cultura preservada? Entre nós.

No Rio Gurupi, mora índio Tembé também tem a cultura preservada. O professor Emidio que é índio Tembé, é morador da Aldeia Gurupi. Em 2002 se colocou a disposição a nos ensinar a nossa língua. Ele e sua família vieram morar com nós Tembé do Guamá, para ensinar tudo que já tínhamos perdido, eu aprender e escrever na própria língua. Depois veio o Pajé Paxik, para ensinar todos os costumes pra nós.





Para nós Tembé a cultura faz parte da nossa vida. Este resgate cultural para nós é muito importante para os jovens e crianças, nós mais velhos devemos ser o espelho dos jovens. Se nós fizer coisa do branco eles também vão fazer.

A minha preocupação é com os jovens e crianças, não temos que esquecer o que já aprendemos, nós sabemos falar na nossa língua, cantar e contar a nossa história, por isso o resgate é muito importante para nós.

Eu quero deixar um recado para os jovens e crianças: Vamos juntos preservar a nossa cultura.



caxiri e fumam o Tawari.

No penúltimo dia da festa realizam as pinturas corporais tanto nas meninas moças quanto nos rapazes que as acompanharão. Seus alimentos serão apenas o disposto no moqueio. No último dia a festa atravessa a noite até alcançar o dia quando então as meninas passam pelo corte de cabelo e são enfeitadas com adornos na cabeça, nos bra-

ços e cintura. Assim como os rapazes. Se torna papel da menina distribuir os alimentos moqueados principalmente os bolinhos de carnes que foram piladas e transformadas em paçocas.

A festa encerra como muitos cantos e danças, quando se realiza o ritual do rabo de arraia, o que acaba se tornando uma divertida brincadeira.

A festa do moqueado é preparado pelo menos entre quinze dias a um mês quando é realizado a festa do mingau da moça. O mingau é feito de mandioca com arroz que é oferecido à Comunidade pelas meninas que serão iniciadas na festa do moqueado. Durante os dias que se antecipam à festa os homens e os rapazes que farão parte da festa do moqueado devem fazer a caça de animais apropriados para o moqueado tais como o nambu, o catetu e a guariba. Outras caças também podem ser moqueadas, no entanto, as moças e os rapazes do ritual não podem comê-las.

O ritual é marcado como muita cantoria e danças. As meninas e os rapazes, dançam por vários momentos. Seus parentes e todos os convidados também podem alternar com as danças. Os cantores tomam bebidas como



SUGESTÕES PEDAGÓGICAS:

DEBATER:

1. *qual a importância da cultura para a identidade de um povo?*
2. *Só os povos indígenas têm cultura e identidade próprias?*
3. *Que elementos formam uma cultura?*

FAZER:

- *uma amostra de vários elementos da cultura ou das culturas representadas em sua sala.*
- *Escrever um artigo com fotos para o Mensageiro, mostrando um pouco da beleza de sua cultura.*



NOVOS CAMINHOS NA POLÍTICA

Nos últimos tempos, as eleições presidenciais vêm mostrando que, na maioria dos países latino americanos, os eleitores se cansaram da repetição secular: países colonizados elegendo representantes das elites e condenando a maioria da população à miséria. Durante muito tempo, as eleições no continente foram determinadas mais por interesses de grupos políticos que por algum projeto de nação. Muita interferência dos países ricos, mas também muita má vontade dos dirigentes políticos, capazes de vender seu país.

O recém eleito presidente do Equador, Rafael Correa, Evo Morales na Bolívia, Daniel Ortega na Nicarágua e a reeleição de Hugo Chávez exemplificam essa busca de mudança dos povos latino americanos. Os novos governantes também querem uma "integração regional", ou seja, aproximação entre os países, através de acordos de comércio e cooperação mútua. Ao mesmo tempo, querem diminuir a influência dos EUA nas decisões deste setor. A seguir, um resumo sobre Correa e a situação nos outros países.



Equador:

Rafael Vicente Correa Delgado nasceu em Guayaquil, a 6 de abril de 1963.

Criado numa família de classe média na cidade portuária de Guayaquil, Correa ganhou bolsas para estudar na Europa e nos Estados Unidos. Economista, foi assessor do ex-presidente Alfredo Palacio durante suas funções como vice-presidente. Depois, foi ministro de Economia e Finanças no início da gestão de Palacio na presidência, entre abril e agosto de 2005, após a destituição de Lucio Gutiérrez. Renunciou ao cargo por discordar da política presidencial.

Durante sua gestão, defendeu uma maior participação do Estado na exploração do petróleo.

Venceu a eleição no segundo turno, disputado em novem-



bro, obteve 56,67% dos votos válidos, contra 43,33% de Noboa. Correa tomou posse no dia 15 de janeiro de 2007 para um mandato de 4 anos.

Proposta de governo

As mudanças propostas por Correa se dariam em cinco "eixos", ou seja, cinco grandes tarefas a serem executadas pelo governo:

1. Revolução Constitucional (anunciando a convocação de uma Assembléia Constituinte)
2. Luta contra a corrupção,
3. Revolução econômica (retomando a dívida externa, o papel dos bancos centrais e a importância de um Banco de Desenvolvimento do Sul)
4. Revolução na educação e na saúde e, finalmente,
5. Resgate da dignidade, da soberania e busca da **integração latino-americana**.

Para todos os eixos, aponta uma rota por onde avançar, propondo tarefas e metas concretas.

A proposta dos Estados Unidos, de fazer tratados de livre comércio com os países vizinhos, incluindo o Equador, já foi descartada por Correa: Nesses tratados com os EUA, os países mais pobres sempre ficam em desvantagem. Correa prefere aderir à **Alba, Alternativa Bolivariana para os Povos da América**, uma iniciativa do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, que reúne aliados como Cuba.

Poucas semanas antes da posse, o segundo maior partido do Equador decidiu

apoiar Correa, de modo que ele terá uma ligeira maioria parlamentar, que possibilitará convocar a Constituinte.

Idéias políticas

Para Correa, o país e, principalmente a população mais pobre, foram vítimas de planos de "desenvolvimento" que na verdade só levaram o país ao fracasso econômico, e a um endividamento crescente e sem saída:

"Equador e América Latina devem buscar não somente uma nova estratégia, mas uma nova concepção de desenvolvimento que não reflita unicamente percepções, experiências e interesses nacionais e internacionais de grupos e países dominantes, que não submetam sociedades, vidas e pessoas ao mercado; onde o Estado, o planejamento e a ação coletiva recuperem seu papel essencial para o progresso; onde sejam preservados ativos intangíveis, porém fundamentais como o capital social; e onde as aparentes exigências da economia não sejam excludentes e, pior, não sejam antagônicas ao desenvolvimento social" (discurso de posse).

Em toda sua análise da realidade, o presidente valoriza profundamente a pessoa humana, os diferentes grupos humanos que conformam o povo equatoriano, de maneira especial os povos autóctones a quem reconhece um papel protagônico no passado, no presente e, sobretudo, no futuro do Equador e da América Latina. Os indígenas, como parte dos pobres, sustentam em boa parte a economia do país e merecem ser tratados



Lideranças indígenas falam com Correa: o presidente destaca o papel fundamental dos povos indígenas para o futuro da América Latina.

Idéias políticas

Para Correa, o país e, principalmente a população mais pobre, foram vítimas de planos de “desenvolvimento” que na verdade só levaram o país ao fracasso econômico, e a um endividamento crescente e sem saída:

“Equador e América Latina devem buscar não somente uma nova estratégia, mas uma nova concepção de desenvolvimento que não reflita unicamente percepções, experiências e interesses nacionais e internacionais de grupos e países dominantes, que não submeta sociedades, vidas e pessoas ao mercado; onde o Estado, o planejamento e a ação coletiva recuperem seu papel essencial para o progresso e onde as aparentes exigências da economia não sejam excludentes e, pior, não sejam antagônicas ao desenvolvimento social” (discurso de posse).

Em sua fala, o presidente valoriza profundamente os diferentes grupos humanos que formam o povo equatoriano, de maneira especial os indígenas, a quem reconhece um papel protagônico no passado, no presente e, sobretudo, no futuro do Equador e da América Latina. Os indígenas sustentam em boa parte a economia do país e merecem ser tratados como protagonistas que oferecem uma sabedoria milenar à busca de uma sociedade fraterna e em harmonia com a natureza.

Situação do País: O Equador vem de um longo período de instabilidade, que levou ao afastamento de três presidentes nos últimos anos: Lúcio Gutiérrez, Gustavo Noboa (2003) e Abdala Bucarám (1997). Desde 1996, o país teve nove presidentes.

O petróleo é um importante recurso natural do país, porém a corrupção de setores da administração pública, associada a empresas que desprezam a preservação ambiental, cria graves problemas em terras indígenas e na zona rural em geral, como vazamentos e degradação ambiental.

Recentemente, comunidades locais denunciaram a Petrobras por agressão ao meio ambiente. A Petrobrás quer explorar petróleo em um Parque Ambiental Equatoriano, o Parque Nacional Yasuni. ONGs e o movimento indígena já se preparam para impedir que seja dada licença ambiental à Petrobrás.



Nicarágua

A eleição de Daniel Ortega devolve ao poder um líder de esquerda nicaragüense, antigo inimigo dos EUA.

Ortega liderou o país de 1979 a 1990, após uma revolução popular. Anastasio Somoza, ditador militar que já estava no poder durante quarenta anos, o exercia com cada vez mais violência e repressão. A situação tinha atingido o limite do suportável, e diversos setores da sociedade reagiram a isso se aliando à Frente Sandinista de Libertação Nacional (nome dado em homenagem a Augusto César Sandino, antigo líder da resistência, morto em 1934 por ordem de Somoza) da qual Ortega fazia parte.

O governo norte americano, alegando que o governo de Ortega era mais uma ameaça comunista, passou a financiar grupos para-militares (os “contras”). O resultado disto foi que a Nicarágua mergulhou na violência e na guerra. Os contras, que lutavam movidos a dinheiro e a drogas, muitas vezes eram até socorridos pelos combatentes sandinistas, conforme relatos da época.

O país nunca se recuperou do desastre econômico causado por sua guerra interna, que contou com a participação permanente dos Estados Unidos, quando Ortega perdeu o poder para Violeta Chamorro que iniciou aplicações de planos econômicos liberais que, segundo diagnósticos variados, não levaram a soluções. Esse resultado foi o



grande responsável pela quebra dos setores liberais e conservadores, que disputaram divididos as eleições de novembro passado, quando Ortega saiu vitorioso com 38% dos votos.

Hoje, a Nicarágua é um dos países mais pobres da América Latina. 80% dos nicaraguenses vivem com menos de dois dólares por dia.



Bolívia

A Assembléia Constituinte boliviana começou a redigir uma nova Constituição, após sete meses discutindo o regulamento.

Desde 6 de agosto passado, Morales tentou que os artigos fossem aprovados com apenas a metade mais um dos votos, evitando os dois terços prescritos na Constituição atual e na lei de convocação da Assembléia que ele mesmo promulgou há um ano.

O partido de Evo Morales, o MAS (Movimento Para o Socialismo) conseguiu 50,7% dos votos nas eleições de julho de 2006, e com isso conquistou 137 das 255 cadeiras da Assembléia, e com vários grupos aliados soma 152, mas para os dois terços precisaria de 170.

A minuta final boliviana deve ser aprovada antes de 25 de julho, sua entrega oficial deve acontecer entre 26 de julho e 6 de agosto e o povo deve ratificá-lo em referendo.

Não se sabe se a consulta popular estipulada para resolver as divergências será antes ou na mesma data que o referendo final.

Venezuela

Com a convocação de uma Constituinte para reformar a Carta Magna e a solicitação de poderes legislativos especiais para ditar um grupo de leis que estimulem a construção do socialismo, o presidente venezuelano Hugo Chávez iniciou oficialmente seu novo

mandato de seis anos.

Reeleito com mais de 62% dos votos nas eleições de dezembro passado, Chávez afirmou que pretende acelerar o aprofundamento da Revolução e nesse sentido reiterou um grupo de linhas de trabalho para conseguir esse objetivo.

Além da modificação da Constituição e de um pacote de leis, entre as quais estão a nacionalização de setores estratégicos da economia como a eletricidade, as telecomunicações e garantir o controle do país sobre os combustíveis, Chávez quer rever a atual divisão política-administrativa e configurar o que denominou uma "nova geometria do poder", para reverter o atraso em que permanecem determinadas regiões venezuelanas.

Chávez também expressou a necessidade de estimular a participação popular na tomada de decisões, dar maior protagonismo aos conselhos comunais e conceber o governo tendo em conta as opiniões do povo.

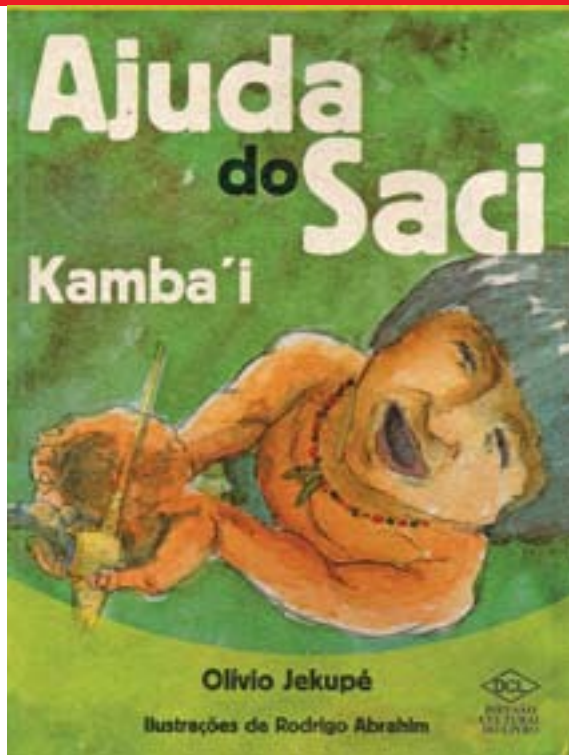


Guerreiro Yanomami, Venezuela.

DEBATER:

- O significado e a importância da integração regional.
- Fazer um "júri popular" em que um lado defende a integração via Alba e o outro lado defende via Alca. Cada lado pesquisa e prepara seus argumentos e nomeia representantes para argumentar em nome do grupo.
- Pesquisar e avaliar a relação dos presidentes recém-eleitos ou reeleitos com os povos indígenas de seus países (Ortega - Nicarágua; Chávez - Venezuela; Correa-Ecuador; Lula - Brasil)

LIVRO NOVO



"Ajuda do Saci": Este é o nome do novo livro do escritor Olívio Jekupé, indígena Guarani.

'Ajuda do Saci, é apenas o oitavo de minha carreira, mas já estou feliz com isso, porque acredito que a literatura é algo de grande importância, de ensino e de educação cultural, sei que esse livro chegará a todos os cantos, povos indígenas e não indígenas, nas cidades e nas aldeias.' (o autor)

Escrito em português e em guarani, o livro é ilustrado com aquarelas de Rodrigo Abrahim. "É a história de um pequeno kunumĩ que deseja estudar para que no futuro possa ajudar seu povo,

Vera, o personagem principal: escola para ajudar seu povo.



pois não tem escola na aldeia e aí ele vai estudar na cidade e terá a ajuda de uma família, ficará um tempo lá, até que alguns anos depois sofrerá um acidente e voltará para a aldeia, e aí é que entra o personagem do Saci, e quem ler o livro saberá o que acontecerá depois."

Olívio fez uma bonita dedicatória no exemplar que nos mandou, o que nos deixa lisonjeados, mas que mostra ainda mais sua gentileza com esta equipe. Abaixo, a mensagem:

"A todos do Mensageiro, com carinho para todos os que trabalham nessa revista que acompanho há anos, e que estão de parabéns pelo belo trabalho."

Olívio (de camisa vermelha, sentado) com a família.



Quer comprar "Ajuda do Saci"?
Escreva para a Editora DCL, Difusão Cultural do Livro:

Rua Manoel Pinto de Carvalho, 80
- Bairro do Limão

CEP 02712 - 120 - São Paulo - SP

Fone: (0xx11) 3932-5222

e.mail: dcl@editoradcl.com.br

Para se comunicar com o autor, escreva para: oliviojekupe@yahoo.com.br

MUTIRÃO PELA AMAZÔNIA

Conheça as publicações da editora Mensageiro que ajudam a debater as questões amazônicas.



Mensageiro Especial Mutirão para a Amazônia:

(janeiro - abril 2006. 56 páginas)

Edição totalmente dedicada às questões amazônicas: Biodiversidade, povos tradicionais, ocupação, política e economia, alternativas para as problemáticas da região.

R\$ 3,00



Mensageiro Mutirão Alternativas para a Amazônia:

(janeiro - fevereiro 2007. 36 páginas.)

Apresenta sugestões de desenvolvimento e crescimento econômico da região que respeitem a floresta e os rios, sempre em vista de proteger a vida.

R\$ 3,00



CD ROM Mutirão para a Amazônia:

Contém entrevistas de pessoas que conhecem as problemáticas da região. Tem ainda textos informativos, fotos e ilustrações, tabelas e mapas.

Completa e expande o conteúdo da revista Mutirão Amazônia, oferecendo rica fonte para pesquisas, trabalhos escolares e subsídios.

R\$ 5,00



DVD Amazônia Urgente:

Traz uma apresentação de imagens da Amazônia com fundo musical e outra com narração descrevendo a Amazônia e seus problemas.

Tem o filme "Amazônia Falando da Amazônia". Dois filmes curtos falam das ameaças e a reação do povo em relação ao cultivo intensivo de soja e à construção de hidrelétricas.

R\$ 15,00



DVD Amazônia Urgente 2:

Direitos humanos e desenvolvimento sustentável na Amazônia, são temas tratados pelo bispo do Xingu, D. Erwin Kräutler, pelo Procurador Regional da República, Felício Pontes e pelo jornalista e sociólogo Lúcio Flávio Pinto.

Um gostoso teatro de bonecos explica essas questões complexas de maneira simples.

R\$ 15,00

Visite o site

www.mutiraoamazonia.org.br

Escreva, dê suas sugestões, participe das iniciativas em favor da Amazônia

Revista Mensageiro

Uma publicação a serviço dos povos indígenas e da Amazônia.

ASSINATURA ANUAL: não-índio: R\$ 25,00 – Índigena: R\$ 12,00

Apoio: R\$ 50,00 – Exterior: US\$ 50,00

EXEMPLARES AVULSOS: R\$ 3,00

PREENCHA OS CAMPOS ABAIXO COM A QUANTIDADE E O VALOR RESPECTIVO DA SUA ENCOMENDA

ITEM	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE	TOTAL R\$
Revista Mutirão para a Amazônia	R\$ 3,00		
Revista Mutirão de Alternativas	R\$ 3,00		
CD interativo Mutirão pela Amazônia	R\$ 5,00		
DVD Amazônia Urgente	R\$ 15,00		
DVD Amazônia Urgente II	R\$ 15,00		
TOTAL DA COMPRA			
ACRESCENTE 15% SOBRE O VALOR TOTAL PARA DESPESAS DE CORREIO			
Assinatura da Revista Mensageiro	R\$ 25,00		
TOTAL A PAGAR			

Para fazer seu pedido, ou para fazer assinatura do Mensageiro, preencha o cupom no verso desta página

AÇÃO

Como fazer com que a Semana dos Povos Indígenas seja algo mais que as apresentações folclóricas que nos acostumamos a ver pela televisão? Uma sugestão é dar um impulso a mais para que a Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas seja aprovada na ONU. Veja abaixo como fazer. É simples e não custa muito mais que uma postagem nos correios. Nas próximas páginas, fique informado sobre as últimas discussões nas Nações Unidas:

1. Escrever cartas curtas, individualmente e de nossas organizações, à Presidente da Assembléia Geral da ONU para que ela saiba que nós estamos acompanhando o assunto. Um 'tempo estendido para consulta' foi exigido na decisão de adiar o voto na Declaração na Assembléia Geral. Isso será a responsabilidade da Presidente da Assembléia Geral.
2. Também é importante escrever cartas para nosso Governo. Canadá e Rússia foram os únicos membros do Conselho de Direitos Humanos a votar contra a Declaração em junho. Austrália, Nova Zelândia, os Estados Unidos e Canadá têm sido os mais ativos em oposição à Declaração. Países Latino-Americanos têm apoiado. Países Africanos estavam apoiando até que foram pressionados. Na ONU Brasil tem votado a favor da Declaração. Vamos incentivar a continuação deste apoio para a Declaração.

Sugestão de carta para a presidente da Assembléia Geral:

H.E. Sheikha Haya Rashed Al Khalifa de Bahrain
Presidente, Assembléia Geral das Nações Unidas
Organização das Nações Unidas
New York, New York 10017
U.S.A.

Sua Excelência,

Eu escrevo esta carta em solidariedade com os povos indígenas do mundo. Estou sabendo que são planejadas mais consultas sobre a Declaração sobre os Direitos de Povos Indígenas. Também tenho consciência que a senhora, como presidente da Assembléia Geral, tem a grave responsabilidade de guiar este processo.

Os Povos Indígenas do Mundo estão unidos em apoio do texto atual da Declaração que é fruto de um processo muito extenso de negociação.

É importante que a senhora saiba que nós apoiamos os Povos Indígenas na expectativa que a Declaração irá passar sem modificação durante a 61ª Sessão da Assembléia

Geral que ocorre sob sua liderança.

Com saudações respeitadas, *(seu nome ou de sua organização ou grupo)*

Sugestão de carta para o governo federal:

Praça dos Três Poderes, Palácio do Planalto, 3º andar
Brasília, DF

CEP: 70100-000

Exmo. Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva

Escrevo como cidadão preocupado [ou como representante de o nome de sua entidade ou povo] para pedir que nosso Governo ajude a garantir a adoção da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos de Povos Indígenas pela Assembléia Geral antes do fim da 61ª Sessão, como recomendado pelo Conselho de Direitos Humanos. Eu insisto respeitosamente que vote em favor de adotar a Declaração na sua forma atual quando chegar à Assembléia Geral.

Um voto afirmativo por nosso governo está em acordo com o solene compromisso das Nações Unidas e Estados membros de promover direitos humanos como um dos três pilares da ordem internacional.

A Declaração fica como um dos mais discutidos textos na história da ONU. Estados e Povos Indígenas compartilharam no processo; um processo de que a comunidade internacional pode se orgulhar. A não participação de alguns Governos durante mais de 20 anos de revisões e negociações sobre a Declaração não justifica mais adiamento na sua adoção. A Declaração está muito atrasada. Agora é crítica para a sobrevivência e bem-estar futuro de Povos Indígenas ao enfrentarem cada vez mais impactos adversos de um amplo espectro de violações dos direitos humanos.

Desde já agradecemos por seu apoio em promover e proteger os direitos humanos de povos indígenas no mundo inteiro.

Com gratidão e respeito, *(seu nome ou de sua organização ou grupo)*

Nome: _____
Endereço: _____
Bairro: _____ Fone: _____
CEP: _____ Cidade: _____
Estado: _____ País: _____

Assinatura da revista:

- Anual
 Renovação
 Indígena
 Apoio
 Exterior

Pagamento

- Cheque Nominal
 Depósito Bancário

Em: ___ / ___ / ___

CHEQUE NOMINAL e cruzado em favor do Conselho Indigenista Missionário
DEPÓSITO INSTANTÂNEO: Banco Bradesco

Ag. 3109-7

cc: 135641-0

Para Conselho Indigenista Missionário

Editora Mensageiro
Caixa Postal 12080 São Braz
66090-970 Belém, Pará
fone: 091- 3229 - 3245
Fax: 091- 3249 - 6942
E.mail: cimiblm@amazon.com.br

Importante: Envie por fax ou correio – junto com o cupom preenchido o comprovante (ou cópia) do seu depósito

Foto: L. Verplancken S. J.



A DECLARAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS



Povos Indígenas no mundo inteiro acompanham o processo da Declaração nos trâmites da Organização das Nações Unidas. Festejamos em junho de 2006 quando foi finalmente votada pela Comissão de Direitos Humanos e lamentamos em dezembro de 2006 quando foi indeferida pela Assembléia Geral. Vamos estudar mais um pouco sobre esta declaração e vamos nos engajar na luta pela adoção desta Declaração pela ONU.

O que é a Declaração sobre os Direitos de Povos Indígenas?

A Declaração foi elaborada e debatida formalmente durante mais de vinte anos. Ela constata os direitos dos povos indígenas a manter e fortalecer suas próprias instituições, culturas e tradições e a procurar seu desenvolvimento de acordo com suas próprias necessidades e aspirações.

Que direitos são assegurados pela Declaração?

A Declaração trata de direitos individuais e coletivos de povos indígenas a sua cultura e identidade, a educação, saúde, emprego e língua.

Povos indígenas devem gozar plenamente, como coletividade ou como indivíduos, os direitos e liberdades reconhecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na legislação internacional de direitos humanos.

Povos indígenas têm o direito à autodeterminação – a determinar livremente seu status político e procurar seu desenvol-

vimento econômico, social e cultural. Podem manter suas distintas instituições políticas, legais, econômicas, sociais e culturais, enquanto retêm seus direitos a plena participação, se assim escolherem, na vida política, econômica, social e cultural do Estado.

Como foi adotada a Declaração?

A Declaração foi adotada pelo Conselho de Direitos Humanos em 29 de junho de 2006 por uma votação de 30 a favor, 2 contra e 12 abstenções. Deve ser adotada também pela Assembléia Geral das Nações Unidas.

Por que demora tanto votar esta Declaração?

O processo foi MUITO lento porque alguns países estavam preocupados com umas partes do texto preliminar, especialmente sobre o direito a autodeterminação de povos indígenas e seu controle sobre os recursos naturais existentes nos seus territórios tradicionais.

O processo tem andado devagar, mas um diálogo produtivo tem desenvolvido en-

tre Estados e povos indígenas ao longo dos anos.

- Em 1982, o Conselho Econômico e Social da ONU (ECOSOC) estabeleceu o Grupo de Trabalho sobre Populações Indígenas. (GTPI) para elaborar normas de direitos humanos para proteger povos indígenas. O GT resultou de um estudo pelo Relator Especial José R. Martínez Cobo sobre a discriminação povos indígenas enfrentam.
- Em 1985, o GT começou a preparar o esboço da Declaração sobre Direitos de Povos Indígenas. Em 1993 concordou sobre um texto final e o submeteu à Subcomissão sobre a Prevenção de Discriminação e Proteção de Minorias. Esta subcomissão aprovou o texto em 1994. O enviou para o então Comissão de Direitos Humanos da ONU que por sua vez formou o GT para a Declaração sobre os Direitos de Povos Indígenas.
- A Cúpula Mundial de 2005 e a Quinta Sessão do Foro Permanente sobre Assuntos Indígenas em 2006 pediram a adoção da Declaração o mais rápido possível.
- O novo Conselho de Direitos Humanos da ONU em 29 de junho de 2006 aprovou a Declaração da ONU sobre os Direitos de Povos Indígenas.

Foto: Survival

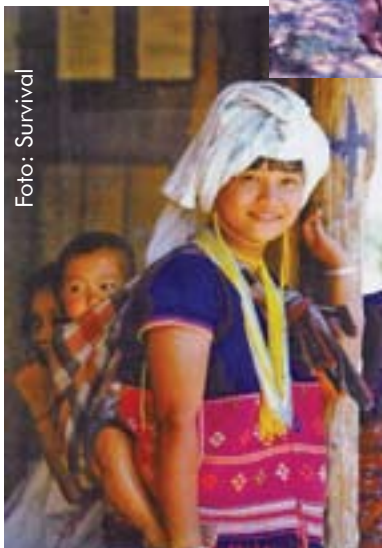


Foto: Arquivo Cimi

- Povos Indígenas têm o direito à participação plena e efetiva em todos os assuntos que os envolvem, e a permanecer diferente e buscar suas próprias visões de desenvolvimento econômico e social.

Quais as consequências da Declaração?

Muitos dos direitos na Declaração exigem novas abordagens a assuntos globais, como desenvolvimento, descentralização e democracia multicultural. Países

terão de construir parcerias com povos indígenas e estar dispostos a autêntica consulta com eles.

Destaques da Declaração:

17 dos 45 artigos da Declaração tratam de cultura indígena e como proteger e promovê-la, respeitando a contribuição direta na tomada de decisões, e garantindo recursos como os destinados à educação nas línguas indígenas e outras áreas. A Declaração confirma:

- O direito dos Povos Indígenas a autodeterminação, às suas terras, territórios e recursos.
- Povos Indígenas, privados dos meios necessários para sua subsistência e desenvolvimento, tem o direito a uma indenização justa.



Foto: Arquivo Cimi

A Declaração tem a força da lei?

Geralmente as Declarações da ONU não têm a força da lei. Elas manifestam o compromisso dos Estados membros a caminhar em certa direção, observando certos princípios. A Declaração irá estabelecer uma norma importante para o tratamento de povos indígenas e será uma ferramenta significativa para eliminar violações de

Direitos Humanos que ainda estão por demais comum contra os mais de 370 milhões de indígenas no mundo todo.

Depois de todo este tempo – mais de 20 anos – vários países disseram que há necessidade de mais consulta sobre a Declaração e assim fizeram adiar a votação na Assembléia Geral para aceitar a Declaração!

Você sabia? ...

- Povos indígenas constituem 5% da população mundial (370+ milhões em 70+ países), mas são 15% dos pobres do mundo.
- Estão entre os povos em maior desvantagem, sofrendo discriminação e exclusão social.
- Suas culturas e línguas freqüentemente são supressas, sua identidade negada, seus conhecimentos tradicionais roubados.
- Subnutrição, altos índices de morte infantil e expectativa de vida mais curta são comuns entre eles.
- Freqüentemente são deslocados de seus territórios tradicionais no nome do 'desenvolvimento' (hidrelétricas, exploração de madeira, minerais, petróleo, gás...)
- É comum descarregar lixo tóxico em terras indígenas sem o consentimento do povo.
- Muitas vezes suas terras tradicionais são tomadas para fins militares.

Em maio passado (2006) o então Secretário Geral da ONU, Kofi Annan, declarou que os povos indígenas tinham um lar nas Nações Unidas, mas em dezembro do mesmo ano a Assembléia Geral manifestou claramente que não é bem assim quando adiou a adoção da Declaração dos Direitos de Povos Indígenas.

A Declaração representa uma nova página da história para povos indígenas. Constitui normas mínimas para a sobrevivência, dignidade e bem-estar desses povos.

O golpe foi dado por estados africanos sob a influência de Nova Zelândia, Canadá, Austrália e os Estados Unidos. Agendas políticas tomaram precedência sobre a prote-

ção dos Direitos Humanos, o que manifesta total indiferença frente os abusos contínuos sofridos pelos povos nativos no mundo inteiro, sobretudo em África. Considerando os povos indígenas estar entre os mais marginalizados e vulneráveis no mundo, a adoção da Declaração seria apenas um primeiro passo rumo à superação de preconceito e discriminação.

Líderes indígenas no Canadá explicam que nos próximos dez anos haverá investimento em torno de 200 bilhões de dólares em grandes áreas do país, muitas vezes incidindo em territórios indígenas. O governo temia que os povos iriam impedir o progresso. Mas é claro que estes povos não são contra o desenvolvimento. Porém, querem ter certeza que tal desenvolvimento ocorre numa maneira que protege a integridade de suas comunidades e da natureza. Também, eles querem participar no desenvolvimento o que obriga o Governo a consultar e engajar as comunidades indígenas nos processos.

Na perspectiva indígena, fronteiras de nações estados foram criados cercando suas comunidades. Os países desenvolveram utilizando os recursos naturais dos povos indígenas, mas não houve uma participação no planejamento nem nos benefícios. Por isso um instrumento internacional reconhecendo direitos indígenas é tão importante.





O mundo globalizado
é o caminho
da violência
e da pobreza

